



O IMPEACHMENT NO BRASIL: ESTUDO COMPARATIVO DOS PROCESSOS DE IMPEDIMENTO POLÍTICO SOFRIDOS POR COLLOR E DILMA

HELEN LETÍCIA GRAALA JACOBSEN DUARTE ROMERO (autor)
CLÁUDIO ROBERTO COGO LEIVAS (orientador)
ALVARO AUGUSTO DE BORBA BARRETO (co-orientador)

Universidade Federal de Pelotas – hlgjacobsen@gmail.com

Universidade Federal de Pelotas – clleivas@gmail.com

Universidade Federal de Pelotas – albarret.sul@gmail.com

1. INTRODUÇÃO:

O tema a ser trabalho é o impeachment (procedimento instaurado com base em denúncia de crime de responsabilidade contra alta autoridade do poder executivo ou do poder judiciário para destituição da pessoa do cargo). Pretende analisar os dois impeachments ocorridos a nível federal promovidos contra autoridades máximas do Poder Executivo brasileiro, cujo final foi cassação do mandato, que, coincidentemente ou não, ocorreram após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Sendo os procedimentos sofridos por Fernando Collor de Mello (em 1992) e Dilma Vana Rousseff (em 2016). O problema da tese consistirá em: “Os processos de impedimentos sofridos pelos presidentes Collor e Dilma guardam quais semelhanças e quais diferenças quanto às causas que os originaram, os atores envolvidos, os procedimentos adotados, a atuação dos parlamentares e os efeitos políticos decorrentes?”

Tem como objetivo geral “verificar se os processos de impedimentos sofridos por Collor e Dilma são semelhantes ou não no que se refere a suas causas, atores, procedimentos, atuação parlamentar e efeitos”. Os objetivos específicos são: (i) levantar dados da crise político-econômica instaurada nos governos de Collor e Dilma (índice de desemprego, inflação, PIB, percentuais de apresentação e de aprovação de iniciativas legais do Executivo no Legislativo desde o início do mandato até a abertura do processo de impedimento) com a intenção de verificar se o cenário de crise político-econômica contribuiu para o processo de impeachment; (ii) verificar a base parlamentar de apoio aos dois presidentes; (iii) resgatar dados de pesquisas realizadas sobre aprovação popular aos respectivos governos com a intenção de relacionar popularidade do presidente e do governo com o processo de impeachment; (iv) compilar as investigações de corrupção que afetaram os mandatos; (v) trazer a historicidade de cada um dos dois governos, focando nos principais atores políticos que atuaram antes e durante o impeachment; (vi) analisar os dados do Congresso sobre os procedimentos dos processos de impeachment e resultado; (vii) identificar a composição partidária no Congresso, resultado das votações nas comissões e em plenário de ambas casas do Congresso e a movimentação de apoio político até o resultado final de cassação; (viii) estudar resultado das eleições ocorridas imediatamente posterior ao impeachment referente as eleições para o executivo municipal de 2016 e nacionais de 2018.

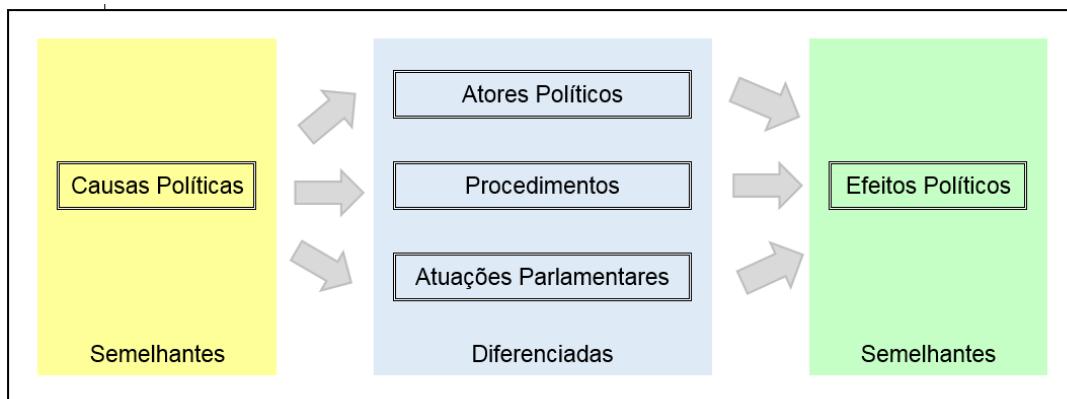
A importância do instituto do impeachment no sistema político é destacado no que tange a ser uso recorrente em “situações de crise no cenário político-nacional” e como “opção constitucional de preservação das instituições democráticas” (RICCITELLI, 2006, p. 98). De fato, o afastamento de presidentes democraticamente eleitos por milhões de eleitores é momento nevrálgico do sistema político, cuja normalidade é que aqueles cumpram o mandato em sua integralidade, sendo a excepcionalidade, a sua interrupção. Collor foi o primeiro presidente brasileiro eleito pelo voto direto afastado pelas vias democráticas conforme previsão constitucional. Dilma, a mais recente. No país o primeiro presidente a sofrer processo de impeachment foi Fernando Collor de Mello em 1992, este mesmo presidente que havia sido o primeiro a ser eleito após a redemocratização dada a ditadura civil-militar precedente. O fundamento constitucional foi o inciso V, referente à



improbidade na administração. O segundo presidente a sofrer impeachment foi Dilma Rousseff em 2016, em seu segundo mandato. Neste caso, o fundamento foi o inciso VI da Constituição, atentar contra a lei orçamentária. Collor inclusive, na iminência de perder o cargo, durante o processo de impedimento, renunciou, mas o Senado não aceitou tal renúncia, pois considerou um estratagema para evitar os efeitos da condenação, no caso ficar inelegível. Dilma, por outro lado, não cogitou renunciar e não teve os direitos políticos cassados pelo Senado.

2. METODOLOGIA:

Considerando que a hipótese geral a ser trabalhada na tese é a que segue:



Quadro 01 – Esquematização da Hipótese Geral

O estudo será feito de forma comparativa, salientando as igualdades e estabelecendo as diferenças entre as causas, os atores, os procedimentos, atuação dos parlamentares e os efeitos políticos decorrentes nos processos de impeachment dos dois presidentes. A pesquisa será a documental. O material e os dados auferidos serão catalogados por presidente e após será feita o comparativo para responder o problema da tese. O método procedural será o estatístico, comparado, histórico e estudo de caso. A abordagem dará primazia à qualitativa, com busca de informações para dar a devida interpretação aos acontecimentos; embora dados quantitativos devam fazer parte do trabalho, até como uma forma de concluir os dados qualitativos auferidos.

As fontes a serem utilizadas serão os dados oficiais do Governo, em especial o site do Congresso Nacional em busca dos diários do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado) quanto aos procedimentos adotados e autuações dos parlamentares nos respectivos processos de impeachment. Os efeitos jurídicos decorrentes serão analisados em site oficial do Tribunal Superior Eleitoral.

Outros sites serão utilizados, como os de pesquisa de opinião e dados político-econômicos. Site do Superior Tribunal Federal será acessado tanto por causa dos procedimentos que foram por este definidos quanto em razão das investigações sobre a corrupção. Também serão utilizados trabalhos desenvolvidos especialmente por cientistas políticos sobre a temática que tratem do impeachment no que se referem às causas e aos atores. Outros autores, de forma secundária ou subsidiária, poderão ser consultados da área da sociologia, filosofia, comunicação, linguística e direito. O trabalho está centrado em estudar os dois processos de impeachment sobre cinco variáveis:

Variável	Categoria
Causas Políticas	(1) Crise político-econômica (2) Falta de apoio político (3) Baixa popularidade política (4) Escândalos de corrupção



Atores Políticos	(1) Presidente e Vice-presidente (2) Deputados e Senadores (3) Partidos Políticos (4) Poder Judiciário (5) Mídia (6) Movimentos sociais
Procedimentos	(1) Impeachment de Collor (2) Impeachment de Dilma
Atuações Parlamentares	(1) Composição partidária do Congresso (2) Votação do impeachment (3) Base do Governo
Efeitos Políticos	(1) Eleições municipais (prefeitos) pós impeachment de Collor e Dilma (2) Eleições estaduais (governadores) pós impeachment de Collor e Dilma (3) Eleições federais (presidente e legislativo) pós impeachment de Collor e Dilma

Quadro 02 – Variáveis a serem trabalhadas

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Comparativo entre as votações no Congresso dos dois presidentes:

Presidente	Comissão na Câmara		Plenário da Câmara		Comissão no Senado		Plenário do Senado	
	Favorável	Contrário	Favorável	Contrário	Favorável	Contrário	Favorável	Contrário
Collor	16	05	441	38	32	01	76	02
	76,19%	23,81%	92,06%	7,94%	96,96%	3,04%	97,40%	2,60%
Dilma	38	27	367	137	15	05	61	20
	58,46%	41,54%	72,82%	27,18%	75,00%	25,00%	75,30%	24,70%

Fonte: Brasil. Câmara dos Deputados; Brasil. Senado Federal.

O trabalho se encontra em definição mais precisa do problema e dos objetivos (geral e específicos), haja vista que o limite temporal para finalização da tese limita o que pode ser estudado com propriedade nesse período. Também está sendo realizado busca de bibliografia pertinente.

4. CONCLUSÕES:

A análise comparativa entre os dois processos de impedimento possibilitará identificar as semelhanças e destacar as diferenças a partir das (i) causas políticas que levaram ao impeachment, (ii) atores políticos envolvidos nos processos, (iii) procedimentos adotados, (iv) atuação dos parlamentares (deputados e senadores), e (v) efeitos políticos-eleitorais¹.

O estudo apresenta-se viável, pois as informações necessárias ao desenvolvimento do trabalho estão disponíveis em sites oficiais do governo e há produção da literatura da Ciência Política sobre a temática, em que pese o processo de impedimento de Dilma, por ser recente, ser um pouco mais carente em relação ao segundo fator. Justamente pela atualidade do impeachment de Dilma é que o trabalho apresenta originalidade.

¹ Limitados a análises da decisão final do Senado ao impeachment até quatro anos para possibilitar comparação levando em conta o tempo de realização do doutorado.



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARROS, Sérgio Resende de. Estudo sobre o “impeachment”. Disponível em: <http://www.srbarros.com.br/pt/estudo-sobre-o-impeachment.cont>. Acessado em 07/07/2016.
- BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo: Malheiros, 2000.
- BRASIL. Constituição federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicacomilado.htm. Acesso em: 05/08/2016.
- BRASIL. Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1079.htm. Acesso em: 05/08/2016.
- CASARÕES, Guilherme. A Economia Política do Governo Collor: discutindo a viabilidade de governos minoritários sob o presidencialismo de coalizão. Disponível em: file:///C:/Users/aud/Downloads/GUILHERME_STOLLE_PAIXAO_CASAROES.pdf. Acessado em: 09/08/2016.
- COUTINHO, Marcelo. Em Caminhos Opostos: Uma Análise Comparativa das Crises Brasileira e Peruana de 1992. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20110119012312/coutinho.pdf>. Acessado em: 02/08/2016.
- HOCHSTETLER, Kathryn. Repensando o presidencialismo: contestações e quedas de presidentes na América do Sul. Lua Nova, São Paulo, 72: 9-46, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n72/a02n72.pdf>. Acessado em: 23/08/2016.
- LIMONGI, Fernando. O passaporte de Cunha e o Impeachment: a crônica de uma tragédia anunciada. Novos Estudos CEBRAP (Impresso), v. 103, p. 99-112, 2015. Disponível em: http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/content_1605/file_1605.pdf. Acessado em: 16/08/2016.
- LIÑÁN, Aníbal Pérez. Juicio político al presidente y nueva inestabilidad política en América Latina. Argentina: Fondo de Cultura Econômica, 2009.
- MARTUSCELLI, D. E. O PT e o impeachment de Collor. Opinião Pública (UNICAMP. Impresso), v. 16, p. 542-568, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v16n2/a10v16n2.pdf>. Acessado em: 09/08/2016.
- MELLO, Fernando Collor de. Relato para a história: a verdade sobre o processo de impeachment. Brasília: 2007. Disponível em: <http://www.fernandocollar.com.br/wp-content/uploads/2013/05/livro-relato-para-a-historia.pdf>. Acessado em: 12/08/2016.
- RICCITELLI, Antonio. Impeachment à Brasileira: Instrumento de Controle Parlamentar? São Paulo: Minha Editora, 2006. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520446560/cfi/1>. Acesso em: 24/08/2016.
- SANTOS, Fabiano; CANELLO, Júlio. O Governo Dilma na Câmara dos Deputados: comparando partidos e coalizões nos governos petistas. 2013. Disponível em: <http://docplayer.com.br/14279244-O-governo-dilma-na-camara-dos-deputados-comparando-partidos-e-coalizoes-nos-mandatos-petistas.html>. Acessado em: 15/08/2016.
- SALUUM Jr., Brasilio; CASARÕES, Guilherme. O Impeachment do Presidente Collor: a literatura e o processo. Lua Nova (Impresso), v. 82, p. 163-200, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n82/a08n82.pdf>. Acesso em: 09/08/2016.
- SALLUM Jr., Brasilio. O Impeachment de Fernando Collor: Sociologia de uma crise. São Paulo: Editora 34, 2015.